COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DO TOCANTINS
REUNIÃO ORDINÁRIA – DIA 19/08/2010

1
2
3 1. Aos dezenove dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dez, às quatorze horas e vinte
4 e dois minutos, na sala de Reuniões da Secretaria de Estado da Saúde, deu-se início, em
5 terceira convocação, a Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Bipartite com a
6 presença do Presidente da CIB, senhor Francisco Melquiades Neto e demais membros:
7 **SESAU:** Robson José da Silva/ Diretor de Gestão e Educação em Saúde; Maria Gleyd B. C.
8 Silva/ Diretora de Atenção Especializada; Éder Silveira Barbosa/ Diretor de Assistência
9 Farmacêutica; Perciliana J. B. de Carvalho/ Diretora de Vigilância Epidemiológica; Maria
10 Luiza Salazar Freire/ Coordenadora de Desenvolvimento e Políticas da Saúde, Hernane
11 Faria Monteiro/ Diretor de Convênios e Fundos, Valéria Silva Paranaguá/ Superintendente de
12 Atenção e Promoção à Saúde; Gábia Gerciann Vieira Oliveira Santos/ Diretora de Vigilância
13 Sanitária **COSEMS:** Samara Queiroga B. G. Costa/ Representante Suplente de Palmas;
14 Antonio Carlos Martins Simione/ SMS de Porto Nacional; Nilton Vale Cavalcante/ SMS de
15 Couto de Magalhães, José Henrique Marinho de Oliveira/ SMS de Gurupi e Emival Nunes da
16 Fonseca/ SMS de Guaraí. O Presidente, após verificar a existência de quórum e paridade,
17 divulgou a pauta da reunião e deu início à reunião como segue: **ITEM 1 - Pactuação e**
18 **Aprovação da Pauta:** A secretária executiva da CIB, senhora Neuma Pereira dos Santos fez a
19 leitura dos itens solicitados na pauta da reunião que contém: 04 Pontos de Pactuação e
20 Aprovação, 01 Pontos para Apresentação e Homologação e 01 Ponto para Apresentação e
21 Esclarecimento. Tendo os seguintes pontos para inclusão na pauta: Itens 07 a 15 e tendo
22 ainda os itens 05, 06, e 08 exclusões. Ressalta que todos os itens foram previamente
23 discutidos conforme critério estabelecido para as Reuniões Prévias da CIB. O Presidente
24 colocou a pauta em votação para a plenária da CIB que aprovou com as referidas inclusões
25 e a explanação dos informes para o final da reunião. **ITEM 2 - Pactuação e Aprovação das Ata**
26 **da Reunião Ordinária do dia 19 de Maio, 23 de junho e 15 de julho de 2010:** O senhor SMS de
27 Couto Magalhães/ Nilton Vale Cavalcante cita a linha 236 da Ata de 19 de maio e cobra das
28 áreas técnicas o Regimento do Araguaia Tocantins que ficou de ser apresentado. Cita
29 também a linha 313 da ata de 23 de junho, que trata da capacitação da CIB, cobrando
30 andamento do Secretário Estadual de Saúde no assunto, Sra Maria Luiza, esclarece que
31 havia sido indicado pelo COSEMS um técnico para ministrar o curso que não estaria de
32 acordo com a Portaria Nº 8066 e o Planejamento comunicou a impossibilidade em termos de
33 pagamento de hora aula. Por tanto, para a realização do curso, faz-se necessário que o

34 Planejamento juntamente com o COSEMS possam definir quem serão os apoiadores e
35 elaborar o projeto conforme portaria para financiamento do curso. Item aprovado pela
36 plenária. **ITEM 3 - Pactuação e Aprovação da Adesão ao Pacto pela Saúde do município de**
37 **Aparecida do Rio Negro:** A expositora, Coordenadora de Desenvolvimento de Políticas de
38 Saúde senhora Maria Luiza Salazar Freire, expôs a proposta mencionada acima para a
39 plenária e solicita aprovação da CIB para que sejam procedidos todos os trâmites relativos
40 ao ministério da Saúde e Comissão de Intergestores Tripartite. O Senhor Emival pergunta
41 qual a dificuldade que os municípios têm para fazer aprovação do Pacto pela Saúde e por
42 qual motivo seu município fez uma solicitação ano passado e ainda não foi chamado, a
43 expositora esclarece que a SESAU desde o ano de 2007 realizou 2 (dois) seminários
44 relativos à Adesão ao Pacto com todos os secretários municipais, realizou também oficinas
45 regionalizadas e, que em gestões anteriores o COSEMS fez seminários estimulando à
46 Adesão mas, que a SESAU não opera mais em forma de seminários, de forma que os
47 municípios que estão procurando a SESAU e recebendo as orientações procedem na
48 elaboração do termo de compromisso e a área técnica do planejamento envia toda a
49 informação necessária para o gestor municipal, e casos de municípios de maior porte ou
50 Hospitais de Referência demoram mais pela necessidade de ser discutido o que fica com
51 município o que o Estado que propor em termo de descentralização. O senhor Nilton pede
52 apoio ao Secretário de Estado da Saúde e ao Planejamento para concluir o processo de
53 adesão ao Pacto até o final do ano. O Sr. Melquíades Neto esclarece que o Estado precisa
54 melhorar, está melhorando e providenciará o que está atrasado, agilizando no que diz
55 respeito a toda a saúde do Estado do Tocantins. Item aprovado pela plenária. **ITEM 4 -**
56 **Pactuação e Aprovação das seguintes propostas: Curso de Capacitação para Atendimento**
57 **Odontológico aos Pacientes Pediátricos e Curso de Capacitação para Atendimento Odontológico**
58 **aos Pacientes com Patologias Bucais:** A expositora, Gerente de Núcleo DGES/Valéria Viero
59 Aquino de Barros expôs a proposta mencionada acima para a plenária. O Sr. Nilton
60 parabeniza a iniciativa de realização dos cursos. Item aprovado pela plenária. **Pontos de**
61 **Pauta para Apresentação e Homologação. ITEM 5 - Homologar os Projetos e ordem de**
62 **serviço de Construção da Unidade Básica de Saúde, Porte I, no município de Pugmil, conforme**
63 **Portaria GM/MS Nº. 2. 226/2009 de 18 de setembro de 2009:** Item excluído da pauta. **Pontos de**
64 **Pauta para Apresentação e Esclarecimentos: ITEM 6 - Apresentação e Esclarecimento**

65 das Atribuições da Saúde na Rede Estadual de Atenção Integral a Mulheres, Crianças e
66 Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual: Item excluído da pauta.

67 **Pontos de Pauta para Pactuação e Aprovação:** ITEM 7 - Pactuação e Aprovação das
68 áreas estratégicas a serem utilizadas na nova Programação Pactuada e Integrada – PPI da
69 Assistência: A expositora pela Técnica da Dir. Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria
70 Haidée Campitelli Vasques, expôs a proposta mencionada acima para a plenária. Informa
71 que foram formados os cronogramas para áreas técnicas e apresenta as 16 áreas
72 estratégicas que podem ser trabalhadas na PPI. Informa também que, dentre as áreas
73 estratégicas, foram escolhidas cinco áreas: Saúde da Mulher e Saúde da Criança -
74 considerando o Programa de Combate a Mortalidade Infantil e Materna -; Saúde do Adulto
75 considerando hipertensão e diabete; a Dengue não era uma área estratégica do Ministério da
76 Saúde, porém, como se tem em todo o Estado do Tocantins, essa área foi priorizada, e
77 analisando com a Vigilância foi incluída a Hanseníase, pois abrange os 139 municípios. Para
78 os municípios que são endêmicos, a expositora informa que serão trabalhados: Chagas,
79 DST's, Hepatites e Leishmaniose, e existirão os parâmetros para essas áreas estratégicas,
80 mas elas não serão colocadas na PPI para os 139 municípios, apenas para os municípios
81 endêmicos de alto risco. A expositora pede aprovação das cinco áreas a serem trabalhadas
82 na PPI. Item aprovado pela plenária sem a necessidade de maiores esclarecimentos. ITEM 8
83 - Pactuação e Aprovação da Adesão ao Pacto pela Saúde do município de Novo Alegre: Item
84 excluído da pauta. **Pontos de Pauta para Apresentação e Homologação:** ITEM 12 -
85 Homologar o Termo de Compromisso para assinatura do Pacto pela Saúde até o dia 30 de
86 novembro de 2010 pelo município de Gurupi: O SMS José Henrique Marinho de Oliveira expôs
87 a proposta mencionada acima para plenária e solicita homologação, Sr. Nilton pergunta a
88 Sra. Maria Luiza se o que foi solicitado é possível, a Sra. Maria Luiza esclarece que existem
89 algumas portarias ministeriais que justificam a liberação de recursos para o município que
90 aderiu ao Pacto ou que o município comprove que tenha um compromisso de adesão como é
91 o caso de Gurupi. Item homologado pela plenária. ITEM 11 – Pactuação e Aprovação da
92 distribuição dos recursos, conforme Portaria GM Nº. 1.919 de 15 de julho de 2010 que define
93 recursos para a execução de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos: A expositora, Técnica da Dir.
94 Controle, Regulação, Avaliação e Auditoria, Haidée Campitelli Vasques, expôs a proposta
95 mencionada acima para a plenária e informa que a Portaria Nº 1.919 trouxe recursos para
96 Cirurgias Eletivas de julho de 2010 até junho de 2011, com o montante de R\$1.350.656,61

97 para o ano, sendo um total de R\$ 112.554,72 por mês. A portaria dispõe de 88
98 procedimentos considerados cirurgias eletivas num grupo que advém de portaria anterior.
99 Para os procedimentos que não estão no anexo da portaria, o Ministério destinou
100 R\$150.000.000,00 para o Brasil e somente será repassado em julho do ano que vem para
101 produção realizada de julho/2010 a março/2011, e ainda não se sabe como será a
102 distribuição do referido recurso, será aprovado pela CIT. Em resposta aos questionamentos
103 dos municípios a Sra. Valéria Paranaguá esclarece que de acordo com o Ministério, as
104 cirurgias eletivas apresentadas são consideradas cirurgias de rotina e que esse recurso é um
105 incentivo para continuar e, aumentar o volume a realização dessas cirurgias de forma a
106 reduzir as filas de espera, e explica que foi apresentado um levantamento de como o Estado
107 está produzindo e uma média do valor que estaria disponível pelo Ministério, que tem uma
108 disponibilidade de 29% do valor rateado em todas as cidades, informa também, que cada
109 hospital tem um teto e que o mesmo recebe de acordo com o teto de sua produção, de forma
110 que é pago um recurso a mais proporcional ao número de cirurgias realizadas no período.
111 Sra. Gleyd informa que será encaminhado um ofício para os municípios, para que o código
112 seja utilizado nas AIH's de cirurgias eletivas, se fazendo possível construir uma série
113 histórica, e a partir do próximo ano o Estado possa ser contemplado com esse montante de
114 R\$150.000.000. A expositora volta a informar que para receber o recurso é necessário
115 solicitar para o departamento de regulação a numeração especial para cirurgias eletivas. O
116 Senhor Francisco Melquídes informa que se o recurso for gasto até 30 de dezembro o
117 Estado vai ganhar um prêmio de 100% do valor para fazer uma nova campanha. Item
118 aprovado pela plenária. **ITEM 10 – Pactuação e Aprovação da Alteração dos Quadros da**
119 **Programação Pactuada Integrada da Assistência para adequar a PPI às necessidades de**
120 **operacionalização da distribuição dos recursos consoantes às aprovações de Portarias**
121 **Ministeriais e Resoluções da CIB-TO:** A expositora, Coordenadora de Desenvolvimento de
122 Políticas de Saúde, senhora Maria Luiza Salazar Freire, expôs a proposta mencionada acima
123 para a plenária e informa que teve a homologação pela tripartite da adesão do pacto pela
124 Saúde dos municípios de Santa Fé e Wanderlândia pela Portaria 2.267 de 10 de agosto de
125 2010, é necessária a alteração os Quadros da PPI para que os referidos municípios possam
126 receber seus recursos, solicita o incremento de recursos referente à Portaria Nº1841 e a
127 alteração em virtude da necessidade de inclusão no Quadro IV da PPI os valores relativos
128 aos hospitais que estão sob gestão estadual em territórios que o município está pela NOB,
129 como são os casos de Palmas e Gurupi. A expositora solicita também, o remanejamento do

130 teto físico financeiro de serviços feitos pelo município de Riachinho, sendo retirado de
131 Xambioá e transferindo para Ananás um total de 4.730 exames do M-1 de laboratório num
132 montante de R\$15.741,46. A expositora solicita ainda, alteração dos valores relativos à
133 RESOLUÇÃO – CIB Nº. 069/2010, pela necessidade de justificar ao Ministério com relação a
134 serviços que vão ser oferecidos pela gestão do município de Palmas, que passarão da MAC
135 da gestão estadual para Palmas no valor de R\$ 237.810,00. A Sra. Samara Queiroga afirma
136 que o termo tinha vigência até dia 24 de julho e aconteceu a transferência, mas no termo não
137 havia nenhum plano de ação ou acordo referente ao teto do Hospital Infantil de Palmas. Sra.
138 Maria Luiza esclarece que é possível ser feito um anexo, pois o referido hospital tem CNPJ e
139 o Estado não tem como continuar mantendo o teto do Hospital em questão vinculado à
140 Maternidade Dona Regina. Sra. Valéria Paranaguá informa que quando foi feito o plano
141 operativo no ano passado existia uma idéia de que o Hospital Infantil era um anexo da
142 Maternidade Dona Regina, então, na atual gestão foi constatada a extensão do serviço do
143 referido Hospital e que o mesmo é um Hospital independente. Item aprovado pela plenária.

144 **ITEM 13 - Homologar a proposta para aquisição de equipamentos atendendo aos critérios da**
145 **Portaria GM Nº. 2.198 de 17 de setembro de 2009, destinados às Unidades Básicas de Saúde,**
146 **Unidades de Saúde da Família, Pronto Atendimento, Policlínica de Saúde Dr. Luiz Santos Filho,**
147 **Unidade de Referência em Fisioterapia e Farmácias e Centro de Apoio Psicossocial-CAPS porte**
148 **I, do município de Gurupi:** O expositor, Gerente de Saúde Pública do município de Gurupi,
149 senhor Fabiano Menezes, solicitou que incluísse Unidade de Saúde Bucal e Centro de
150 Especialidades Odontológicas à solicitação e expôs a proposta mencionada acima para a
151 plenária. Item homologado pela plenária. **ITEM 14 - Homologação das seguintes propostas:**
152 **Mudança de Modalidade I para Modalidade II da Equipe de Saúde Bucal do município de Santa**
153 **Terezinha; Implantação da 3ª Equipe de Saúde da Família do município de Wanderlândia;**
154 **Mudança de Modalidade I para Modalidade II da Equipe de Saúde Bucal do município de**
155 **Lajeado; Implantação da 4ª, 5ª, 6ª e 7ª Equipe de Saúde Bucal - Modalidade I e ainda, 7ª, 8ª e 9ª**
156 **Equipe de Saúde da Família no município de Araguatins, e Implantação da 32ª e 33ª Equipe de**
157 **Saúde da Família e 29ª, 30ª e 31ª Equipe de Saúde Bucal - Modalidade I, no município de**
158 **Araguaína:** A expositora, Sra. Rosângela Coelho Barros, Gerente de Saúde Bucal, expôs as
159 propostas mencionadas acima reforçando que já foi executada a vistoria nos municípios
160 referidos na solicitação obedecendo a todos os critérios estabelecidos na ficha de
161 elegibilidade e dado o parecer técnico favorável a todos os espaços vistoriados, sem
162 necessidade de maiores esclarecimentos. O Sr. Melquíades Neto faz uma observação

163 acerca de problemas tidos no município de Araguatins e reafirma que o papel do Estado tem
164 sido cumprido e no que diz respeito ao Estado tudo está em dias. Item homologado pela
165 plenária. **ITEM 15 - Homologar os Projetos dos municípios de Buruti do Tocantins, Oliveira de**
166 **Fátima, Lagoa do Tocantins, Pugmil e Taguatinga, como Porte I e os Projetos do município de**
167 **Gurupi, como Porte II, para receberem recursos da Portaria Nº. 2.226/2009 de 18 de setembro de**
168 **2009, relativo ao Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde:** A expositora,
169 Sra. Keila Marilene Severino Nunes, Coordenadora de Áreas Estratégicas, expôs a proposta
170 mencionada acima. Item homologado pela plenária. **ITEM 9 - Pactuação e Aprovação do**
171 **Projeto da Hemorrede do Tocantins, propondo convênio com o Fundo Nacional de Saúde para**
172 **2010:** A expositora, Enfermeira, senhora Valéria Sampaio expôs a proposta mencionada
173 acima. Item aprovado pela plenária. **Pontos de Pauta para Informes: A. Informe sobre a**
174 **Inauguração da Academia da Melhor Idade do Município de Tocantinópolis:** Exposto pela SMS
175 de Tocantinópolis, Sra. Maria da Conceição M. F. Rego. Informa que foi inaugurada a
176 Academia da Melhor Idade de seu município, aprovada em CIB anterior. **B. Informe sobre a**
177 **Implantação da Unidade do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no**
178 **Município de Augustinópolis - TO pela Secretaria de Estado da Saúde – TO:** Exposto pelo
179 Diretor de Assistência Farmacêutica, senhor Eder Silveira Barbosa. Informa que está sendo
180 criada a 5ª Unidade do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica no
181 município de Augustinópolis, acrescenta que já existem 4 Unidades funcionando, sendo as
182 Unidades de, Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional. O expositor comenta que essa
183 determinação de implantação de Unidade por parte do Estado tem a intenção de
184 proporcionar uma abertura para Assistência Especializada dentro do Estado, visando o
185 atendimento dos usuários da região norte do Estado, informa que o Componente
186 Especializado é uma estratégia do Ministério da Saúde junto a Secretaria de Estado da
187 Saúde com transferência de recursos e as linhas de cuidado das patologias estão definidas
188 em protocolos clínicos do Ministério da Saúde diferente da Farmácia tida dentro da Unidade
189 Hospitalar. O expositor esclarece que para o município obter esse Componente
190 Especializado o mesmo precisa dispor de médicos especialistas na área, o município
191 necessita também possuir o elenco padronizado pela Portaria GM Nº 2981 de 26 de
192 novembro de 2009, também é informado pelo expositor que uma pessoa pode ser
193 cadastrada em 2 Unidades, porém, ao receber o medicamento de uma Unidade,
194 automaticamente ficará impossibilitado de receber em outra. **C. Informe sobre a Portaria SAS**

195 Nº. 380, de 12 de agosto de 2010: A expositora pela Técnica da Dir. Controle, Regulação,
196 Avaliação e Auditoria Haidée Campitelli Vasques, informa aos municípios sobre a Portaria
197 mencionada acima, que em outubro de 2010 e janeiro de 2011 terá duas etapas, e que os
198 procedimentos que são faturados no BPA consolidados irão passar para BPA individualizado,
199 avisa para os municípios ficarem atentos à Portaria. D. Informe sobre o funcionamento do
200 Centro Estadual de Reabilitação de Palmas: A expositora, Diretora de Atenção Especializada,
201 Maria Gleyd Brito Chianca Silva, informa aos gestores que o Centro de Reabilitação de
202 Palmas foi inaugurado em Abril de 2010 e tem como público alvo pessoas com deficiência
203 física, dispõe de uma equipe de profissionais na área da Saúde, e os agendamentos das
204 consultas serão realizados nas Secretarias Municipais de Saúde junto a Central de
205 Regulação do Estado, estamos em aberto para atender as demandas dos municípios. E.
206 Informe sobre Construção da Política de Educação Permanente: O expositor Edivaldo Pereira,
207 informa que nos dias 01 e 02 de setembro serão realizadas oficinas para capacitar os
208 facilitadores para os colegiados e para elaboração do PEP do plano de 2011, e afirma contar
209 com a participação dos municípios. F. Informe sobre a Cobertura da Campanha de
210 Multivacinação: A expositora, Diretora de Vigilância Epidemiológica, Perciliana Joaquina B.
211 Carvalho informa sobre a segunda etapa de Multivacinação e pede apoio ao COSEMS no
212 chamamento dos Municípios com cobertura da campanha. Após o final da apresentação dos
213 itens de pauta aconteceu a exposição do vídeo referente ao Informe A que por problemas
214 técnicos não foi apresentado na ordem da pauta. O sr. Nilton Vale parabeniza o Secretário
215 Estadual de Saúde pela eleição da presidência do Conselho Estadual de Saúde, e o
216 presidente, senhor Francisco Melquíades Neto agradece a colaboração de todos e do
217 COSEMS pelo apoio, declarou encerrada a reunião às dezesseis horas e dez minutos. E
218 para constar foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo
219 Presidente, e pelos demais membros presentes nesta reunião. *8/20/10 Nilton Vale*

220 *[Handwritten signatures in blue ink]*

[Handwritten signatures and names]
Perciliana Joaquina, Bezerra de Carvalho